

Há precisamente 100 anos, no rescaldo da primeira guerra global, um grupo de líderes mundiais delineava, em Versalhes, as grandes linhas geopolíticas de um mundo repartido. Os drásticos resultados da histórica conferência obrigariam à repetição do exercício, não estavam volvidas três décadas. Em Dunbarton Oaks, quando os campos de batalha ainda ardiavam e apenas a um ano de distância do advento do fator nuclear, nasceria a arquitetura do mundo multilateral, que viria a marcar o remanescente século XX.

É esse mundo, pós conflitos mundiais e Guerra Fria, que está agora confrontado com o recrudescimento das tensões geopolíticas e geoeconômicas entre as grandes potências. No epílogo da segunda década do século XXI, vivemos uma aceleração da História caracterizada pela reconfiguração do sistema internacional, que se traduz num mundo divergente. O multilateralismo é desafiado pelo regresso das agendas protecionistas, o mundo liberal e globalizado encontra-se em recessão, o protagonismo estatal ganha novo fôlego. A erosão dos pilares da segurança e do alinhamento geoeconômico resultam numa ambiguidade sistémica. As alianças de raiz ocidental, fundadas em valores primordiais e no peso da História, são desvalorizadas pelo regresso ao modelo bilateral e ao isolacionismo estratégico. Em consequência, a “anarquia” que ainda marca o campo das relações internacionais assume nova dimensão, com uma Europa a olhar com preocupação para uma Rússia que afirma a sua esfera de influência e com uma ação estrategicamente mais assertiva em diferentes áreas regionais, e os Estados Unidos a medirem forças com uma China que consolida o seu estatuto de grande potência em ascensão.

Mas as alterações tectónicas na ordem internacional são também corporizadas pela emergência de outros fatores disruptivos: fluxos migratórios, nacionalismos populistas, assimetrias de desenvolvimento, implicações da quarta revolução industrial (inteligência artificial), alterações climáticas, disputas estratégicas pelo domínio dos recursos escassos e não renováveis, competição tecnológica, erosão dos grandes tratados internacionais – incluindo os tratados sobre armas de destruição maciça. Ao mesmo tempo, a multiplicação de fatores de enfraquecimento e fragmentação de Estados tem, por vezes, levado ao colapso da autoridade estatal em vários territórios, a conflitos étnico-religiosos, guerras civis e de secessão, dando origem a Estados frágeis e a conflitos prolongados de extrema violência, cuja resolução é extremamente complexa.

Outros desenvolvimentos vão, igualmente, desencadear profundas alterações geopolíticas. A população em África deverá duplicar até 2040, e projeções de população até 2100 indicam que aquele continente terá mais pessoas do que a China e a Índia em conjunto. Uma pressão demográfica que poderá atingir a Europa. Por outro lado, a PricewaterhouseCoopers (PwC) prevê que, em 2050, a China ocupe a posição cimeira das economias mundiais, seguida da Índia e, em terceira posição, dos Estados Unidos. É, pois, neste contexto de mudança na configuração das relações

de forças e, por consequência, na distribuição do Poder Internacional, sugerindo uma ordem internacional que tende a evoluir e estruturar-se de forma multipolar, que se poderá reequacionar a nova balança de poderes. Tudo isto num cenário em que a Eurásia despertou politicamente, como Brzezinski tinha sublinhado, fazendo apelo a uma renovada leitura sobre os fundamentos da geopolítica.

É neste contexto que a revista *Nação e Defesa* oferece aos seus leitores os contributos de um qualificado painel de peritos nacionais. Os colaboradores deste n.º 151, Geopolítica Aplicada, debruçam-se sobre os fundamentos clássicos da geopolítica, revisitando as principais teorias, ao mesmo tempo que, numa visão prospetiva, refletem sobre as linhas mestras da nova geopolítica em espaços regionais.

Este número temático da *Nação e Defesa* inclui ainda dois artigos extra dossiê: o primeiro, assinado pelo Professor Doutor Adriano Moreira, “A Lusofonia e o Mundo de Ruturas”, na sequência da alocução aos auditores do Curso de Defesa Nacional; e o segundo, de Paulo Jorge Alves Gomes, “A Nova Administração Pública: um Modelo de Gestão de Desempenho para as Forças Armadas Portuguesas”.

Vítor Rodrigues Viana